EXECUTIVO**GABINETE DO GOVERNADOR****LEI Nº 9.595, DE 19 DE MAIO DE 2022**

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, o Festival da Música Evangélica da Galiléia, que ocorre anualmente na Vila da Galiléia, no Município de Irituia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado e reconhecido como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Festival de Música Evangélica da Galiléia, realizado na Vila da Galiléia, no Município de Irituia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 19 de maio de 2022.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

LEI Nº 9.596, DE 19 DE MAIO DE 2022

Altera e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 8.908, de 6 de novembro de 2019, que instituiu o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa), dispõe sobre sua composição, objetivos, administração e tratamento tributário concernentes à exploração da infraestrutura física e operacional do transporte ferroviário de pessoas e bens no Estado do Pará.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Estadual nº 8.908, de 6 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei institui o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa), integrante do Sistema Nacional de Viação, dispõe sobre sua composição, objetivos, administração e tratamento tributário, em consonância com a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Pará em seus arts. 91, inciso XIII, e 249, bem como com a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei Federal nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e a Lei Federal nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021.

Art. 2º

.....

§ 2º Integram o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa) os pátios e terminais, as oficinas de manutenção e demais instalações de ferrovias outorgadas pelo Estado do Pará.

Art. 2º-A As ferrovias integrantes do Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa) são classificadas, de acordo com a sua orientação geográfica, nas seguintes categorias:

I - ferrovias longitudinais: as que se orientam na direção Norte-Sul;

II - ferrovias transversais: as que se orientam na direção Leste-Oeste;

III - ferrovias diagonais: as que se orientam nas direções Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudeste;

IV - ferrovias de ligação: as que, orientadas em qualquer direção e não enquadradas nas categorias discriminadas nos incisos I a III, V e VI do caput deste artigo, ligam entre si ferrovias importantes do Estado do Pará ou se constituem em ramais coletores regionais;

V - ferrovias de acesso: as que, orientadas em qualquer direção e não enquadradas nas categorias discriminadas nos incisos I a IV e VI do caput deste artigo, ligam entre si pontos de origem ou destino de cargas ou de passageiros; e

VI - ferrovias radiais: as que partem da Capital do Estado, em qualquer direção, para ligá-la aos Municípios ou a pontos periféricos importantes do Estado.

Art. 2º-B As ferrovias integrantes do Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa) são designadas pelo símbolo 'EFPA'.

§ 1º O símbolo 'EFPA' é acompanhado por uma sequência de 3 (três) caracteres, com os seguintes significados:

I - o primeiro caractere indica a categoria da ferrovia, da seguinte forma:

a) 1 (um) para as ferrovias longitudinais;

b) 2 (dois) para as ferrovias transversais;

c) 3 (três) para as ferrovias diagonais;

d) 4 (quatro) para as ferrovias de ligação;

e) 0 (zero) para as ferrovias radiais; e

f) A para as ferrovias de acesso;

II - os outros 2 (dois) caracteres indicam a posição da ferrovia relativamente:

a) ao Município de Belém, sendo:

1. 0 (zero) para ferrovias que partem de Belém para outros pontos do Estado do Pará;

2. 1 (um) para ferrovias que cortam o Pará no sentido Norte-Sul;

3. 2 (dois) para ferrovias que cortam o Pará no sentido Leste-Oeste;

4. 3 (três) para ferrovias que cortam o Pará no sentido Noroeste-Sudoeste; e

5. 4 (quatro) para ferrovias que cortam o Pará no sentido Nordeste-Sudoeste; e

b) aos pontos cardeais e colaterais, sendo:

1. 0 (zero) sentido Norte;

2. 1 (um) sentido Nordeste;

3. 2 (dois) sentido Leste;

4. 3 (três) sentido Sudeste;

5. 4 (quatro) sentido Sul;

6. 5 (cinco) sentido Sudoeste;

7. 6 (seis) sentido Oeste; e

8. 7 (sete) sentido Noroeste.

§ 2º Nas ferrovias de acesso, os 2 (dois) últimos caracteres serão preenchidos por letras e números, indicativos da sequência histórica de criação das ferrovias, segundo sistemática definida pelo órgão competente.

Art. 3º

.....

IV - autorização: outorga de direito à exploração de infraestrutura física e operacional do transporte ferroviário, sob regime jurídico de direito privado, à operadora ferroviária requerente ou selecionada mediante chamamento público, formalizada mediante contrato, por prazo determinado;

.....

XI - projeto de caráter estratégico: empreendimento ferroviário de relevante interesse socioeconômico de âmbito estadual, assim definido em ato do Chefe do Poder Executivo;

.....

XIII - operadora ferroviária: pessoa jurídica outorgada para concomitante gestão da ferrovia e operação de seu transporte ferroviário;

XIV - regulador ferroviário: órgão ou entidade do Estado do Pará que tenha a atribuição de regular e de fiscalizar a gestão da infraestrutura e o transporte ferroviário de cargas ou de passageiros.

.....

Art. 6º

Parágrafo único. A Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON-PA) atuará como regulador ferroviário no âmbito do Estado do Pará, exercendo as competências relativas à regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços do Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa), sem prejuízo das atribuições previstas na Lei Estadual nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 7º O Estado do Pará exercerá suas competências relativas ao Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa), inclusive as delegadas a ele por outros entes públicos, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, por meio de concessão ou autorização.

Parágrafo único. A exploração direta de ferrovias somente deve ser permitida nas hipóteses de que trata o art. 173 da Constituição Federal e deve ser exercida por meio de entidades estatais especializadas.

Art. 8º

Parágrafo único. Na hipótese de concessão ou autorização prevista no caput do art. 7º desta Lei, é vedada a aplicação de recursos do Estado do Pará em obra ou serviço que, nos termos do respectivo contrato ou outro instrumento de delegação, constitua responsabilidade de qualquer das demais partes envolvidas.

.....

Art. 9º A exploração da infraestrutura física e operacional do transporte ferroviário de pessoas e bens dar-se-á mediante delegação ou outorga nas hipóteses previstas no caput do art. 7º desta Lei, observando também a legislação federal correlata, aplicável subsidiariamente no que for compatível.

Art. 10. Ressalvado o disposto em legislação específica, as outorgas de que tratam o caput do art. 7º desta Lei, conforme dispõem a alínea "d" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal e o caput do art. 28 da Constituição do Estado do Pará, dar-se-ão nas seguintes modalidades:

I -

.....

d) exploração da infraestrutura e operacionalização de ferrovias em regime de direito público;

.....

III - autorização para exploração da infraestrutura e operacionalização de ferrovias em regime de direito privado.

.....

§ 1º A concessão será obrigatoriamente precedida de procedimento licitatório, que deverá prever a possibilidade de participação de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras.

§ 2º A autorização será outorgada mediante prévio chamamento público ou requerimento do interessado e será explorada sob regime de direito privado, formalizada por meio de contrato, conforme regramento contido na Seção II deste Capítulo.

Art. 11. Compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME) receber os projetos de concessões e autorizações previstos nesta Lei, cabendo-lhe também planejar, coordenar, acompanhar, executar, analisar ou indicar a necessidade de elaboração de Procedimento de Manifestação de Interesse Privado (PMI).

§ 1º Os procedimentos administrativos necessários para a concretização das concessões previstas nesta Lei, incluindo as licitações, deverão ser conduzidos por Comissão Especial composta por servidores indicados pelos seguintes órgãos e entidade:

I - Secretaria de Estado de Transportes (SETRAN);

II - Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD);

III - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME); e

IV - Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON-PA).

.....

§ 3º A Presidência da Comissão Especial de que trata o § 1º do caput deste artigo será exercida pelo representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME).

§ 4º Compete ao poder concedente e à Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON-PA) celebrar os contratos previstos nesta Lei.